

## REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL ENTRE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS

### SOCIAL NETWORKS AND SOCIAL CAPITAL AMONG INDIVIDUALS IN SITUATIONS OF SOCIAL VULNERABILITY: THEORETICAL-ANALYTICAL REFLECTIONS

Marcia da Silva Cezar<sup>1</sup>

#### RESUMO

As situações de segregação e vulnerabilidade social na atualidade requerem um olhar sobre as redes de relações entre indivíduos e sobre capital social que transcenda- enfoques economicistas ou ligados às políticas públicas para a análise da redução de desigualdades no acesso a bens materiais e simbólicos. Nesse sentido, a proposta aqui é contribuir para uma discussão teórica sobre redes sociais e capital social, e assim considerar em que medida estas discussões são importantes para a análise de indivíduos que estabelecem relações sociais particulares no meio urbano. Entende-se que a análise de redes de sociabilidade e o concomitante capital social construído permitem compreender as características das maneiras como indivíduos atuam para poder inibir ou desligar-se de situações cotidianas adversas, do ponto de vista econômico como também sociocultural. A importância dos grupos imediatos de sociabilidade, dos formais e dos informais, bem como dos grupos secundários, deve ser reavaliado à luz de estas perspectivas teóricas, introduzindo metodologias específicas sobre redes sociais e reconsiderando o sentido que o capital social pode adquirir entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-Chave:** Redes sociais. Capital social. Vulnerabilidade.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Email: marcia\_cezar@hotmail.com.

## ABSTRACT

Social vulnerability and segregation situations nowadays require a look concerning relationship networks between individuals and the social capital that should transcend economic or public policy approaches for the analysis of the reduction of inequalities in the access to material and symbolic goods. In this sense, the proposal here is to contribute to a theoretical discussion about social networks and social capital, and then consider to what extent these discussions are important for the analysis of individuals who establish particular social relations in the urban environment. It is understood that the analysis of sociability networks and the concomitant social capital developed allow to understand characteristics related to the ways individuals act in order to inhibit or disconnect from adverse daily situations, from an economic, as well as a sociocultural point of view. The importance of immediate sociability groups, whether formal, informal or secondary groups, should be re-evaluated in the light of these theoretical perspectives by introducing specific methodologies on social networks and by reconsidering the meaning that the social capital can acquire among individuals in situation of social vulnerability.

**Keywords:** Social networks. Social capital. Vulnerability.

## Introdução

O texto proposto aqui faz parte da minha pesquisa inicial de doutorado em Ciências Sociais cujo objetivo geral é reconstituir os atributos e padrões de relações nas quais certos indivíduos em situação de vulnerabilidade social se inserem, bem como investigar os condicionantes, as consequências e a mobilização decorrentes dessas redes pessoais constituídas. A pesquisa vem se realizando a partir de entrevistas com indivíduos e as suas famílias no bairro de Vicentina, na cidade de São Leopoldo, local com número elevado de pessoas em situação de vulnerabilidade social e apontado como tendo dos mais altos índices de violência na cidade. No entanto, no presente texto, o objetivo é contribuir com uma discussão inicial acerca das noções teórico-analíticas relevantes na pesquisa: vulnerabilidade social, análise de redes e redes sociais e capital social, com a intenção de demonstrar a importância destas noções para uma análise mais precisa sobre exclusão social e pobreza.

As redes sociais mediam o acesso dos indivíduos a tipos de sociabilidades que culminam por influenciar as condições de vida, o cotidiano, desses indivíduos em situação de vulnerabilidade social? Até que ponto a consolidação de redes sociais entre indivíduos em situação semelhante de vulnerabilidade permitem desenvolver um enfoque mais completo sobre a importância da Análise de Redes Sociais, no âmbito da teoria social?

### **Dialogando com a Pesquisa**

Um fator fundamental que deve ser observado acerca da temática das redes sociais é aquele que as considera como “espaços de grandes possibilidades” (BECKER, 2007) no acesso a recursos materiais e simbólicos, entrelaçando o econômico e o social. Isso decorre do fato de que todo indivíduo interage em “sub-redes” que atuam de modo interdependente. Nesse aspecto, pode-se notar que, semelhantemente ao que é visível em redes de formato colaborativo, as redes sociais, de modo geral, determinam que outros valores além dos contratuais sejam privilegiados, ressaltando valores como a confiança e a responsabilidade mútua. Becker (2007, p. 61) afirma que essa relação acontece progressivamente com pessoas que já “desenvolveram uma série de contatos iniciais nos quais estas puderam medir a confiança das outras pessoas”, de modo que a rede de relacionamentos, nesse caso, não extingue, mas minimiza a ocorrência, por exemplo, de situações sociais de vulnerabilidade (exposição à violência, carências materiais e simbólicas, etc). Esse aspecto que permeia as redes sociais parte da premissa de que o todo é maior que a simples soma das partes, ou seja, o benefício da agregação da rede não é apenas resultado da soma dos potenciais de cada parte, mas também gera fatores inerentes à constituição do grupo.

Por exemplo, recentemente Manuel Castells (1999)<sup>2</sup> afirmou que a “sociabilidade real se dá hoje na internet”, e que enquanto o “tecido social” estaria fragmentado, supondo isolamento e carências na circulação no meio urbano, uma “cidade real” se reconstituiria na internet. Certamente, Castells não pretende negligenciar o espaço público tradicional como um espaço de grande importância para a sociabilidade, mas o interessante a destacar é que pareceria sugerir a importância crescente que a internet possui na vida contemporânea para o estabelecimento de redes de relações sociais que possam gerar o necessário “capital social” entre os indivíduos.

Este exemplo permite entender como as redes sociais, em grande parte, influenciam na “saída” da situação de vulnerabilidade e das desigualdades sociais no cotidiano dos indivíduos. Portanto, é central integrar as relações sociais ao arcabouço teórico, o qual diz que a integração econômica depende não apenas do acesso a mercados, mas também da redistribuição produzida pelo Estado e da reciprocidade social, com a mediação do espaço (KAZTMAN, 1999). Ou, então, formulando de maneira diferente, a provisão do bem-estar depende de elementos fornecidos pelos mercados, pelo Estado e por unidades sociais, como as comunidades locais e a família. Mesmo concordando com a importância destas três fontes de bem-estar, destaca-se o terceiro elemento, caracterizado não apenas como uma fonte de bens e serviços em si, por meio dos apoios sociais obtidos pelos indivíduos, mas como uma maneira de mediar o acesso a condições melhores de vida. A grande maioria dos estudos recentes tem incorporado “unidades sociais” por meio do conceito de capital social, ou usando redes sociais de forma metafórica, considerada genericamente os elementos sociais que produzem integração. Embora várias perspectivas analíticas

---

2 Ver: <[http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Manuel-Castells-sociabilidad-real-hoyInternet\\_0\\_967703232.html](http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Manuel-Castells-sociabilidad-real-hoyInternet_0_967703232.html)>.

coexistam, a categoria capital social serve de elemento unificador (BLOKLAND; SAVAGE, 2008).

Tal qual manifesta Durston (2000), o paradigma do capital social propõe que as relações de reciprocidade e confiança, cooperação e proximidade são as capazes de gerar instâncias sociais imprescindíveis na superação da fragmentação social, o isolamento e as carências de vínculos associativos positivos. Evidentemente, o argumento aqui radica em reafirmar a necessidade por se inserir as discussões próprias da relação do capital social com a vulnerabilidade, sob a premissa de que quanto mais densa seja a rede de relações sociais que se estabelecem, maior a chance do desenvolvimento das capacidades individuais e superação de situações sociais de vulnerabilidade. Nesta perspectiva, parte-se da ideia de que determinadas práticas sociais e culturais se incorporam nas histórias das relações desses indivíduos e, desta maneira, podem tornar possível lidar com situações de vulnerabilidade e desequilíbrios nos estoques de capital social.

Redes sociais significativas são construídas em torno de cada indivíduo, propiciando trocas entre os integrantes: trata-se de uma rede de relações em que cada indivíduo está inserido e que fortalece interesses comuns, práticas sociais comuns, “mundos de vida” semelhantes e projetos pessoais e coletivos. Pretende-se argumentar, assim, que redes sociais “positivas” se encontram em pauta quando, por exemplo, acha-se uma rede de líderes comunitários, política e socialmente ativa, na medida em que é reconhecida por aqueles que estabeleceram uma relação de confiança e de solidariedade mútua; enquanto redes sociais “negativas” emergem de práticas sociais ligadas, por exemplo, a jovens vinculados ao “mundo do delito” (gangues, etc). Mas existem exemplos mais próximos sobre esse tipo de redes. Um fenômeno interessante são as redes de ajuda recíproca entre os parentes e vizinhos, e a sua eventual limitação no desenvolvimento de mobilidade social por parte de certos indivíduos. Por exemplo, uma

pessoa que se destaca nos seus estudos e consegue um emprego um pouco melhor e, com um salário considerável se comparado com os outros que integram a rede, se deparará com situações particulares em torno de obrigações pessoais já formadas que levariam a uma eventual dissipação de qualquer acúmulo de capital econômico e social. Essas “obrigações” que a rede demanda de distribuição daquilo acumulado individualmente e fora da própria rede poderia gerar certos prejuízos à pessoa. Por isso, as redes sociais “negativas” transmitem a situação em que as mesmas redes que permitem a sobrevivência são as que, paradoxalmente, pareceriam impedir a mobilidade social.

Dessa maneira, ao analisar as redes sociais entre os indivíduos em situação de vulnerabilidade expostos à violência e a uma série de carências materiais e simbólicas, deve-se considerar que o conseqüente capital social representa um conjunto de qualidades que produzem uma série de benefícios instrumentais que, também, possuem um potencial de causar “externalidades negativas”. Neste assunto, Silva (2008) resalta certas características de redes que agem mais como barreira à inclusão e à mobilidade social, limitando as possibilidades de escolha e ações individuais, do que como inibidoras de ambientes de vulnerabilidade. Certas redes parecem facilitar mais do que reduzir a criminalidade e os comportamentos ilegais, bem como o abandono escolar e os comportamentos de risco. Desta maneira, se o capital social reside na estrutura das relações pessoais, na medida em que um indivíduo “necessita relacionar-se” como verdadeira fonte dos seus benefícios (PORTES, 2000), argumenta-se que para compreender melhor a sua estrutura e a sua capacidade de “conectividade”, não é possível negligenciar uma análise dessas dimensões das redes sociais estabelecidas.

## Vulnerabilidade Social

Nas sociedades modernas, a pobreza e má distribuição de renda estiveram presentes na vida socioeconômica. Os impactos das formas de produção, instituições e valores que caracterizam o padrão de desenvolvimento nos diferentes países teve seu desdobramento mais evidente na presença de amplos grupos sociais de baixa renda, e camadas médias expostas a altos níveis de insegurança e desamparo.

Relacionado a isso, as terminologias “vulnerabilidade” e “grupos vulneráveis” foram muito utilizadas em círculos de intelectuais e governantes. Os fortes impactos sociais provocados por programas de ajustes econômicos têm responsabilidades na incorporação desta nova terminologia. No entanto, não se observa grande precisão conceitual quando se faz referência à vulnerabilidade social, e a maioria das vezes pode confundir-se com a noção de pobreza (DURSTON, 1997).

A visão superficial que a maioria das pessoas tem sobre o significado de vulnerabilidade social é profundamente ligada ao pensamento neoliberal, tentando demonstrar que a sua justificativa é a indisposição dos indivíduos para crescer dentro do sistema de estratificação social.

[...] o pensamento neoliberal concebe o pauperismo mais uma vez como um problema individual-pessoa e, portanto “devolve à filantropia” (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do “terceiro setor” (cf. MONTAÑO, 2012) da filantropia empresarial (ou “responsabilidade social”), do voluntariado. A autoajuda, a solidariedade local, o benefício da filantropia substitui o direito constitucional do cidadão de resposta estatal (tal como no keynesianismo) (MONTAÑO, 2012, p. 276).

Euzébios Filho e Guzzo (2009) explicam que, além disso, o pensamento neoliberal tem como premissa “fazer com que o sujeito se enxergue como espectador da realidade, ocultando as origens das

mazelas sociais e direcionando para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem” (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2009, p. 37). A isto se soma a condição da vulnerabilidade social como uma maneira característica da maneira como é vivenciado o capitalismo nos últimos anos: economia de livre mercado, aberta ao mundo e “Estado mínimo”.

O conceito de vulnerabilidade social tem dois componentes explicativos, conforme o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento - 1998): por um lado, insegurança e desamparo que experimentam as comunidades, famílias e indivíduos em suas condições de vida, a consequência do impacto provocado por algum tipo de evento econômico - social de caráter traumático; e, por outro lado, o manejo de recursos e as estratégias que utilizam as comunidades, famílias e pessoas para enfrentar os efeitos da vulnerabilidade.

Conforme Kaztman (1999), a vulnerabilidade se define sempre em relação a algum tipo de ameaça, sejam eles eventos de origem física, como secas, terremotos, inundações ou doenças, ou socioeconômicos, como não ter o que comer ou perda de emprego. Sobretudo, a unidade de análise da vulnerabilidade se dá a partir do indivíduo, o lar ou o grupo social ao qual se insere. Sendo assim, se define como vulnerável aquela pessoa que está perante uma ameaça específica, ou é vulnerável por estar em uma situação desfavorável, que pode ser a saúde, pode ser pelo salário ou até mesmo pelas necessidades básicas (KAZTMAN, 1999).

Apesar de ser um conceito formulado recentemente, existe um consenso entre os autores que estudam essa temática de que a vulnerabilidade social apresenta um caráter multifacetado, abarcando inúmeras dimensões, a partir das quais se podem identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades.

Essas dimensões estão ligadas tanto às características próprias dos indivíduos ou grupos quanto às relativas ao meio social no

qual estão inseridos. Um exemplo é o fato de que nas últimas décadas a pobreza extrema e os problemas econômicos de uma grande parte da população do Brasil têm diminuído, e, mesmo assim, a vulnerabilidade social continua sendo uma preocupação social importante. Isso porque por vulnerabilidade não se pode entender, unicamente, os aspectos econômicos e as carências materiais de uma determinada população; outros aspectos devem ser considerados. Por exemplo, “as áreas de degradação ambiental coincidem com áreas de degradação social, sobrepondo perigos, somando-se a esta situação de crise de confiança, envolvendo desde a ruptura dos valores tradicionais (implicados na crescente desagregação familiar em certos grupos sociais), dos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais” (HOGAN; MARANDOLA JUNIOR., 2005, p. 35).

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social foi definida como a escassa capacidade de resposta individual ou grupal perante riscos e imprevistos, bem como também entendida como a predisposição à queda do nível de bem-estar, derivada de uma configuração de atributos negativos e a dificuldade em alcançar um retorno material e também simbólico necessário (FILGUERIA; PERI, 2004).

Por conseguinte, pode-se afirmar que é também uma predisposição negativa para a superação de condições adversas. Assim, certas categorias sociais, como a determinada pela condição ocupacional, a pertença a determinados grupos étnicos, gêneros e idades, assinalam diversos tipos e graus de predisposição à vulnerabilidade social.

Bom lembrar que a emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos de 1990, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que reduzia a questões econômicas as explicações sobre os conflitos sociais vividos por grupos humanos. Essas temáticas vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas sociais, embora estivessem mais voltadas para o exercício de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que

se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento e vulnerabilidade.

No entanto é importante considerar que a insegurança e o desamparo são também características da vulnerabilidade social, e que não são, necessariamente, decorrentes da insuficiência de renda ou da pobreza em si. Sobre esse assunto, Monteiro (2011, p. 34) exemplifica que:

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. Diante desses pressupostos, a compreensão de vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo e interno. O externo refere-se ao contexto de referência, já o interno pauta-se em características básicas de indivíduos, grupos, lugares ou comunidades. Esses recursos internos são constituídos a partir do que o autor define como “ativos”. [...] os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social.

A deficiência no acesso a bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para o crescimento da situação de vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que esses elementos são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e socioculturais.

Recentemente, conforme Daniel Hogan (2006), nos estudos das ciências sociais, a vulnerabilidade é reproduzida na tradição de estudos sobre a pobreza como um novo conceito forte, substituindo, aparentemente, termos como exclusão/inclusão, marginalidade,

*apartheid*, periferização, segregação e dependência. A vulnerabilidade se apresenta como a incapacidade de enfrentar os riscos emergentes, ou como impossibilidade de manejar ou propiciar o uso mais eficiente dos recursos ou prover de novos ativos ou ainda recuperar aqueles esgotados. Por outro lado, o capital social, humano e físico é trazido como revelador de relações e estruturas de oportunidades que indicariam grupos populacionais mais vulneráveis, potencializando a estrutura das famílias para enfrentamento de riscos.

Conforme Kaztman (1999), um aspecto interessante de análise da vulnerabilidade é a forma como é percebida pelas famílias a relação entre os ativos domiciliares. Kaztman (1999) afirma a existência de quatro formas de ativos, ou de capital: humano, físico, financeiro e social. De forma sucinta, o capital físico compreenderia a posse de bens duráveis, como moradia, terras, animais, meios de transporte, assim como o capital financeiro, representado por poupança e crédito. O capital humano compreenderia o valor agregado à capacidade de trabalho por investimentos em saúde e educação. E, finalmente, o capital social seria formado por “relações interpessoais de apoio mútuo, geradas com base em princípios de reciprocidade, como ocorre, por exemplo, na organização familiar, na comunidade, nos grupos religiosos, entre outros” (KAZTMAN, 1999, p. 167).

Embora esse conceito de vulnerabilidade envolva uma miríade de situações e sentidos para diferentes grupos, indivíduos, famílias e comunidades, não deve ser confundido com a ideia de exclusão social, amplamente difundido pelas diretrizes de organismos internacionais em relação a programas e projetos de combate à pobreza nos países periféricos. [...] A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração

de qualidade de vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 35).

Ainda que a temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que se trata de um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. Dessa forma, o conceito de vulnerabilidade parece ser o mais adequado para a compreensão do impacto transformador causado pelo novo padrão de desenvolvimento na esfera social e para capturar este aumento da exposição ao risco que atinge grande massa da população atual.

Essa situação descrita pelos autores abordados pressupõe a busca de um olhar que imprime modificações na relação de risco/proteção ou segurança/insegurança na atual realidade social. Dessa maneira, conforme Bilac (2006), a insegurança torna-se fundamental para entendermos a vulnerabilidade vivida em toda a sociedade, reconhecendo que ela envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional.

O conceito de vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos aspectos, em especial, para estruturas sociais vulnerabilizantes, de tal modo que, ao se falar em vulnerabilidade social, é relevante compreender que esse é o estado nos quais grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade (BILAC, 2006).

A partir desse contexto, para se construir um referencial sobre vulnerabilidade, conforme Monteiro (2011), é necessário compreender os desafios e tensões que se colocam para as políticas sociais, no sentido de efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva. A compreensão de situações de risco foca-se no indivíduo, portanto, é revestida de caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la (HÜNING, 2003). O tema caracteriza-se por um complexo

campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros.

## **As Redes Sociais e a Análise de Redes**

O conceito de redes tem vários enfoques (MARQUES, 2012), e sua ampla utilização nas ciências sociais tem chamado a atenção nos últimos tempos. Um número expressivo de autores tem utilizado a metáfora da rede para descrever uma nova realidade, em que emergem novos modelos de organização social e de relacionamento entre indivíduos e empresas. O termo rede, num sentido etimológico, deriva do latim – *retis*, que significa “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido” (LOIOLA; MOURA, 1997, p. 59). Uma rede lembra a ideia de uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida social. A existência de múltiplas redes se dá pelas necessidades humano-sociais, as quais colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos sociais e de apoio mútuo, visto que uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação e cooperação (CARVALHO, 2003).

Na perspectiva de Norbert Elias (1994), é através dos conceitos de dependência, interdependência, redes e funções, contexto social e estrutura que fica claro que as ideias de indivíduos e sociedade são rigorosamente relacionadas por um processo interativo mais amplo. O sociólogo alemão afirma que a sociedade só existe e funciona porque as pessoas, separadamente, querem e têm comportamentos para isso, porém essas pessoas não têm liberdade total, ou seja, esses comportamentos são dentro dos limites das estruturas sociais (ELIAS, 1994). Para o autor, o grande desafio é entender como se dá a relação

das partes (indivíduos, ou também podemos chamar de atores dentro das redes) com o todo e como aquelas se integram na sociedade. Para desvendar esse dilema, Norbert Elias procura a compreensão do todo (sociedade), assim, definindo um conceito para explicar a rede em constante movimento. Dessa forma, as pessoas participam de redes que já existiam antes dele e também ajudam a formar outras novas.

Porém, atualmente, conforme relata Silvia Portugal (2006), o interesse que organizações como a Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial demonstram pelo conceito é revelador, não somente referente ao aspecto econômico, mas também ultrapassando o pensamento científico e centrando-se no aspecto político. O conceito de redes sociais, na visão de Silvia Portugal (2006), tornou-se central na teoria sociológica e deu oportunidade a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais: o das “redes sociais”. Esse conceito antes estava numa posição minimalista, em que era visto como um método complementar de abordagem, progredindo para uma posição maximalista, na qual, de acordo com Wellman e Berkowitz (1991), as estruturas sociais podem ser representadas como redes, como conjuntos de nós (membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam a suas interconexões. As técnicas quantitativas de coleta da informação e tratamento estatístico dos dados permitem interpretações cada vez mais sofisticadas destas relações ou ausência delas.

Silvia Portugal (2006) descreve bem em sua pesquisa o comportamento dos indivíduos através da análise de redes, baseando-se em modelos de interação entre atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise relacional permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas também como eles o usam e modificam os seus interesses.

A análise de redes teve início em várias perspectivas teóricas, como alguns apontam na psiquiatria, a qual apresentava as relações sociais através de gráficos chamados de sociogramas. A análise de redes também pode ser interpretada na perspectiva da sociologia estrutural, na qual estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas mais determinantes do comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas.

Embora possa haver diferenças entre as correntes da sociologia, os teóricos concordam que fatores objetivos sejam determinantes no comportamento dos indivíduos. Para Granovetter, (1985), sobretudo a análise de redes sociais define-se como um tipo da sociologia estrutural, baseando-se nos possíveis efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal. Desta forma, podem-se definir Análises de Redes Sociais (ARS) como um conjunto de técnicas para analisar as estruturas sociais e também, de maneira formal, as relações entre os atores que surgem em decorrência de determinadas ocasiões. A consolidação da análise de redes veio evidenciar os efeitos que os diferentes padrões e estruturas de rede têm em relação ao acesso dos membros a recursos (GRANOVETTER, 1985).

Na ARS, o ator social aparece como uma variável dependente da posição. Em consequência, as dimensões valorativas e normativas da conduta são para a ARS, assim como as demais dimensões da motivação, mais efeitos que causa. Ainda de acordo com esse autor, a análise de redes sociais é mais um ramo da sociologia matemática do que uma análise estatística ou quantitativa. Isso porque, de maneira geral, para se entender uma rede, devem-se conhecer as relações entre cada par de atores da população estudada, de modo que o uso de técnicas matemáticas, como matrizes e gráficos, por exemplo, permite uma descrição mais adequada e concisa de suas características.

Ao analisar um modelo de redes, é preciso verificar dois aspectos fundamentais, um amplo e outro mais voltado aos níveis

menores, sejam sub-redes ou pontos específicos. Considerando que a estrutura da rede não consiste somente na soma das partes menores, a observação ampla da estruturação da rede é importante, pois serve como ponto de observação das variáveis macros que surgem a partir do momento em que o conglomerado da rede atua de modo conjunto. Por outro lado, a observação dos nós ou das sub-redes também se mostra importante para que sejam delineados os pontos estruturais básicos que formam a rede completa.

Tal qual manifesta Marques (2012, p. 23), por exemplo, as redes de pessoas pobres são mais diversificadas e mostram maior heterogeneidade do que se poderia esperar com base em uma visão econômica de pobreza, que tende a associar a pobreza de recursos à pobreza relacional. Este tipo de redes supõe padrões de sociabilidades específicos, visto que o capital social acumulado, tal qual se viu, pode assumir características “positivas” e “negativas”. Neste sentido, o estudo da vulnerabilidade necessita da incorporação das redes sociais como método. Isto, obviamente, é uma tarefa na qual não se podem entender as redes de maneira apriorística, buscando-se unicamente relações que consideram indivíduos atores construtores racionais de redes (MARQUES, 2012, p. 29). “Percepções desse tipo levam a uma compreensão estática instrumental dos padrões relacionais, perdendo uma parte importante do que acontece nas redes, visto que os mesmos elementos que constroem ponte podem adensar relações em outras situações ou para outras pessoas, assim como podem não ter efeito nenhum em outras situações. Ambivalência é uma característica intrínseca das relações sociais e os estudos devem guardar espaços para ela em seus modelos e explicações. Adicionalmente, vínculos estão em transformação contínua, sendo apenas uma pequena parcela deles construída intencionalmente” (MARQUES, 2012, p. 29).

Assim, as redes sociais devem ser estudadas tal qual se manifestam em seus contextos e ambientes, sem excluir eventuais tipos

de relacionamentos não encaixáveis num determinado capital social. Existem padrões de causalidades múltiplas, levando a pesquisar de que forma as pessoas mobilizam as estruturas de relações que estabelecem em suas vidas cotidianas.

## **Capital Social**

Segundo Portes (2000, p. 138), a utilização do termo capital social se define como a capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais. De certa maneira, trata-se da articulação entre os atores que propiciam combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provoca ambientes de vulnerabilidade social. Essa “articulação” evidencia o aparecimento de um capital social originado dos relacionamentos que apresentam um acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações sociais, relações sociais próximas e o fortalecimento do associativismo. Reciprocidade, cooperação e confiança se apresentam como características-chave do capital social (SILVA, 2008).

Certamente, os laços sociais, as redes que se estabelecem aparecem como um componente central do capital social que descreve a natureza dos relacionamentos sociais, sejam eles fortes ou fracos, de caráter horizontal ou reservando hierarquias sociais. Para Portes (2000), por exemplo, os aspectos mais relevantes das redes sociais são a sua dimensão (fator quantitativo, ou seja, o número de atores que fazem parte de uma rede) e a sua densidade (fator qualitativo, relações que os membros estabelecem entre si), sendo as redes densas e grandes as mais eficientes no desenvolvimento de um capital social específico. O importante a ser destacado é que a capacidade de mobilizar uma quantidade de recursos é o que constitui o capital social e, dependendo dos atores em questão, esses recursos terão

as suas origens em sociabilidades heterogêneas, sejam de práticas sociais consideradas “positivas” como daquelas que se entendem como “negativas” (de práticas provenientes da ilegalidade, etc.). Como muitos enfoques das sociologias da ação, os laços individuais provêm de “múltiplas pertencas” sociais (família, comunidade, bairro, amigos, etc.) e, conseqüentemente, o capital social se torna um corpo complexo e heterogêneo de redes de sociabilidades.

Como bem aponta Portes (2000, p. 146), a investigação sobre capital social enfatiza as suas conseqüências positivas, vendo emergir da sociabilidade “coisas boas”, enquanto as “más” são mais comumente associadas ao comportamento do “homo económicos”, de uma faceta meramente instrumental. “Contudo, os próprios mecanismos apropriados por indivíduos e grupos como capital social podem produzir conseqüências menos desejáveis” (PORTES, 2000, p. 146). Seriam quatro as conseqüências negativas do capital social: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção do grupo. Sem detalhar cada uma delas, o que o autor argumenta é que por capital social deve entender-se uma conseqüente rede de relações ou laços sociais fortes que podem atuar como “limitadores” da ação individual e social. Com o primeiro exemplo, da “exclusão dos não membros”, e também com o segundo, das “exigências excessivas a membros”, pode-se pensar nas práticas sociais de muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social que se têm inserido em grupos sociais ligados ao tráfico de drogas ou ao delito em geral, aparentemente “sofredores” do que significa a pertença a um grupo de laços sociais fortes. As “restrições à liberdade individual” também se manifestam neste tipo de capital social acumulado, bem como o regulamento das competências internas do grupo podem gerar um nivelamento deste, impossibilitando o aparecimento de um capital social que contribuiria à saída da situação de vulnerabilidade. Conseqüentemente, os laços sociais podem unir,

mas também constroem em vez de facilitarem resultados específicos de caráter positivo.

Assim, o capital social atua como ferramenta em que, à medida que se reproduz, potencializa as alternativas de desenvolvimento e restabelecimento dos laços sociais. Um dos principais indicadores do desequilíbrio de capital social se reflete na expansão da violência e da vulnerabilidade em determinados ambientes sociais e centros urbanos, atingindo, principalmente, a população jovem. Embora existam iniciativas políticas e programas sociais de combate à violência, o capital social acumulado dessas pessoas reflete uma rede de relações que tanto se originam de práticas sociais “positivas” como “negativas” (PORTES, 2000), bem como de redes sociais que terminam “limitando” (nem que seja em parte) o potencial de desenvolvimento pessoal e coletivo na sua situação de vulnerabilidade social.

### **Considerações Finais**

O objetivo aqui foi o de trazer noções teórico-analíticas que permitissem analisar, mais adequadamente, a situação de vulnerabilidade social que determinados indivíduos podem vivenciar, para desta maneira poder descrever as características das redes sociais em que, eventualmente, estão inseridos, e o capital social que, conseqüentemente, teriam acumulado.

A literatura abordada sobre redes sociais permite compreender que, de fato, em situação de vulnerabilidade social, indivíduos igualmente estabelecem redes de sociabilidade como mecanismo de mediação para o acesso a melhores condições de vida. Relacionado a isso, a análise da formação de capital social, entendido como a capacidade de movimentar uma quantidade de soluções para a situação de vulnerabilidade, originada de sociabilidades heterogêneas,

deve ser da mesma maneira considerado, na medida em que aportam as características de um grupo social específico.

Como se antecipou no começo, este texto é uma discussão inicial ao interior da minha pesquisa doutoral em Ciências Sociais, discutindo mais as noções analíticas que a norteia. Nesse exercício, percebeu-se, fundamentalmente, que a noção de vulnerabilidade social, na sua relação com as de capital social e redes sociais, deve ir além do que se entende por pobreza socioeconômica, tratando-se mais de uma situação individual em que se carece de relações sociais. Pode-se entender que por vulnerabilidade social se entende uma diversa gama de definições, em que variáveis econômicas se entrelaçam com as sociais e culturais. Também que aquilo que se vincula com a carência de capital social em determinado grupo humano permite subsidiar para a análise das redes de relações sociais que, eventualmente, se elaboram, como sinônimo estratégico para a sobrevivência e enfrentar condições de vulnerabilidade. Neste sentido, quem sabe se possa começar a falar em uma “vulnerabilidade relacional”, como aquela noção que permita, de maneira mais completa, ajudar na compreensão das características das redes sociais de indivíduos em situação de diversas carências sociais.

## Referências

BLOKLAND, Talja, SAVAGE, Mike. Social capital and networked urbanism. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Networked urbanism: social capital in the city*. Burlington: Ashgate, 2008. p. 1-22.

BILAC, E. D. *Gênero, arranjos domésticos e (In) satisfação de necessidades básicas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitário?* Santiago de Chile: Cepal, 1997. (Série Políticas Sociales, 38).

DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitário?* Santiago de Chile: Cepal, 2000. (Série Políticas Sociales, 38).

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FILGUEIRA, Carlos; PERI, Andrés. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Santiago de Chile: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2004. Proyecto Regional de Población Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE).

EUZÉBIOS FILHO, Antônio; GUZZO, Raquel Souza Lobol. *Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência*. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 35-44, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/05.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2017.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, New York, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2006.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E. Toward an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. *Population, Space and Place*, Inglaterra, n. 11, p. 455-471, out. 2005.

HÜNING, S. M. *Ordinário Marche!* A constituição e o governo de crianças/adolescentes pelo risco-diferença. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - PUCRS, Porto Alegre, 2003.

KAZTMAN, Ruben. *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 1999.

LOIOLA, Elisabeth; Moura, Suzana. *Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais*. In: FISHER, Tania. (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 53-68.

MARQUES, Eduardo (Org.). *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, June 2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 2 set. 2017.

PORTUGAL, Silvia. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. In: FONTES, Breno; MARTINS, P. H. (Org.). *Redes práticas associativas e gestão pública*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. p. 51-74.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 33, p. 133-158, set. 2000.

SILVA, Sandra Sofia de Brito da. *Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/379>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. Network analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Ed.). *Social structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press, 1991.